ISBN: 978-65-5222-025-7

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT01.096

TECNOLOGIA ASSISTIVA: UM RECURSO ACESSÍVEL NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA

Suzanli Estef[1]
Adriana da Silva Maria Pereira[2]
Neuzilene Burock[3]

RESUMO

O processo de avaliação de desempenho nem sempre contempla de forma acessível a apresentação dos conteúdos curriculares para os estudantes com ou sem deficiência, ocasionando consequentemente um baixo aproveitamento mediante instrumentos avaliativos que visam apenas a classificação por meio do somatório de notas e a meritocracia. Entretanto, é possível viabilizar uma avaliação acessível por meio da verificação da aprendizagem com estratégias/metodologias pedagógicas que favoreçam a participação e engajamento. Partindo dessas premissas, a proposta desta pesquisa tem o intuito de apresentar os resultados positivos da implementação do Planejamento de Acessibilidade na Avaliação (PAA) com o uso de recursos de Tecnologia Assistiva (TA). O sujeito da pesquisa trata-se de uma estudante com deficiência múltipla matriculada nos anos iniciais do Ensino Fundamental (2º Ano) na rede municipal de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. Realizada no período de 01/08/2023 a 31/10/2023, contou com a participação de 04 cursistas da formação intitulada "Acessibilidade para avaliação na perspectiva da Educação Inclusiva" oferecida pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que faz parte das iniciativas da Faculdade de Educação nos

1 Professora adjunta da Faculdade de Educação EDU/UERJ - Departamento Educação Inclusiva e Formação Continuada. suzanli_estef@hotmail.com

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação/UERJ, Rio de Janeiro. silva.maria@unesp.br

3 Mestre em educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia (UERJ). burockpesquisauerj@gmail.com

ISBN: 978-65-5222-025-7

projetos de extensão. Os resultados prévios da aplicação do PAA demonstraram a funcionalidade da Tecnologia Assistiva no processo de avaliação como uma aliada para tornar a avaliação de desempenho acessível para os estudantes com deficiência, principalmente aqueles com deficiência múltipla que necessitam de suporte, apoio e mediação para realizar as atividades pedagógicas.
Palavras-chave: Acessibilidade. Tecnologia Assistiva. Deficiência múltipla. Avaliação.

ISBN: 978-65-5222-025-7

INTRODUÇÃO

Orientados pela premissa de uma educação inclusiva, que segundo Glat e Blanco (2007) compreende um modelo de educação para todos, a construção de práticas pedagógicas inclusivas têm se configurado como uma temática desafiante no contexto escolar. Entende-se como educação inclusiva mais do que uma proposta educacional, mas, "[...] uma nova cultura escolar: uma concepção de escola que visa ao desenvolvimento de respostas educativas que atinjam a todos os alunos" (GLAT, 2007, p.16) independentemente de condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento que possam apresentar, removendo as barreiras para o acesso, permanência e aprendizagem.

Apesar dos avanços nas legislações vigentes que visam a garantia e igualdade de direitos, há uma necessidade de assegurar que o processo de ensino e aprendizagem ocorra com qualidade. Para isso é necessário flexibilizar o currículo e facultar adaptações e acessibilidade que atendam às necessidades individuais e valorizem as potencialidades de todos os estudantes, incluindo os alunos público-alvo da Educação Especial[4].

Nesse contexto, a avaliação do desempenho escolar tem se configurado como um complexo componente do processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Estef (2021, p. 52)

> A avaliação escolar é vista como uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu desenvolvimento individual, sobressaltando aspectos qualitativos que indiquem as práticas pedagógicas do professor. Sendo assim, no processo de avaliação o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos demandam de adaptações pedagógicas e flexibilizações curriculares na prática cotidiana.

Em consonância com essa afirmação, entende-se que a prática avaliativa vai além da centralização somente nos estudantes como únicos responsáveis pelo êxito ou fracasso no processo de aprendizagem (ESTEF, 2021). Ou na determinação de notas que quantificam de forma métrica o grau de aprendizagem dos educandos. Compreende-se a avaliação como parte do processo de apren-

4 De acordo com as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), são considerados público-alvo da Educação Especial os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (atualmente o termo utilizado é Transtorno do Espectro Autista) e altas habilidades/superdotação.

dizagem, devendo ocorrer ao longo de todo o desenvolvimento do trabalho pedagógico, direcionando as ações educacionais, servindo como ferramenta para acompanhamento de todo o desenvolvimento do educando. "Portanto, a avaliação como processo caracteriza-se pelo olhar contínuo na intenção de aprimoramento dos estudantes, visando o seu desenvolvimento global. Logo, não pode ser só uma medida quantitativa de aspectos isolados" (ESTEF, 2024, p. 11).

Para que a avaliação em uma perspectiva inclusiva ocorra, é necessário que ela ocupe um papel central e primordial nos processos pedagógicos, com enfoque na aprendizagem escolar do estudante e no percurso escolar desse sujeito. Peripolli (2015) enfatiza que a avaliação necessita ser um processo interativo que estimule novas (re)significações sobre o cotidiano, a realidade e as histórias de vida dos educandos. Pois, é a partir dela que se estabelece uma relação com os objetivos propostos, permitindo observar progressos, dificuldades, redimensionar os instrumentos utilizados e, dessa forma, (re)orientar a ação pedagógica.

Nessa perspectiva, apresenta-se o Planejamento de Acessibilidade na Avaliação (PAA) com base nos preceitos da Avaliação Interativa (AVI) (ESTEF, 2024). A AVI considera a função dialógica e interativa do processo avaliativo, considerando as múltiplas formas de aprender, as necessidades, potencialidades e individualidades dos alunos público-alvo da Educação Especial.

Essa premissa tem como finalidade a aprendizagem efetiva e significativa, possibilitando uma melhor compreensão da relação de ensino e aprendizagem. Orienta, dessa forma, as práticas pedagógicas, sendo mediadora do processo de aquisição dos conhecimentos, em que o progresso do sujeito possa ser observado individualmente, considerando-se todo o processo, seus avanços e construções. Busca, assim, afastar-se das concepções tradicionais de avaliação que consideram apenas o momento final do processo, mensurando o aprendizado, no qual se verifica o que o estudante alcançou mediante testes e provas visando classificação, seleção e exclusão.

A AVI, de acordo com Estef (2024), é pautada em três pilares fundamentais: conhecimento, planificação e intervenção. Consideram o protagonismo do estudante, as múltiplas formas de apresentar o conteúdo, a contribuição de todos os profissionais envolvidos no processo de aprendizagem do sujeito, suas necessidades de aprendizagem, potencialidades, o percurso pedagógico a ser desenvolvido e os resultados da avaliação conforme os objetivos elencados.

O PAA baseado no conceito de AVI mostra-se como um instrumento que visa especificar as informações que permitem pensar e organizar o processo avaliativo do estudante, personalizando esse processo. Intenciona elencar as informações essenciais que permitirão tornar o percurso avaliativo acessível, contemplando os objetivos a serem alcançados, a equipe envolvida, os conhecimentos trazidos pelo educando, assim como seus interesses e desejos, além das intervenções necessárias para que possam realizar as atividades propostas de forma acessível.

Nesse sentido, o PAA necessita estar atrelado e fazer parte do Plano Educacional Individualizado (PEI) do aluno. O PEI, de acordo Glat e Estef (2021), é um instrumento que tem o intuito de propor, planejar e acompanhar o processo de aprendizagem e desenvolvimento de estudantes público da Educação Especial em relação ao planejamento didático pedagógico, contemplando toda a sua trajetória escolar. Assim, o PAA visa construir e registrar o processo avaliativo do percurso formativo do aluno proposto e organizado pelo PEI.

FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA ACESSIBILIDADE NA AVALIAÇÃO

Diante do exposto torna-se essencial empreender aos profissionais da educação formação docente que contemple as necessidades e desafios impostos pelas práticas educativas, englobando reflexões teórico-práticas sobre as diferentes dimensões que envolvem o processo avaliativo e sua relação com o processo de ensino e aprendizagem. Capellini e Mendes (2007, p. 115) enfatizam que

> O objetivo central da formação continuada deve ser o de desenvolver um educador pesquisador que tenha, primeiramente, uma atitude cotidiana de reflexividade da sua prática, que busque compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos e que vá construindo autonomia na interpretação da realidade e dos saberes presentes no seu fazer pedagógico.

As autoras (2007) chamam a atenção para a necessidade de empreender formações docentes sob o paradigma da diversidade, que proponham ao educador reflexões sobre sua prática, viabilizando um olhar atento para as necessidades que os alunos possam apresentar.

Diante do exposto, o presente estudo apresenta uma proposta de formação docente desenvolvida no ano de 2023 mediante um curso de extensão com carga horária total de 180h. Ofertado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), teve como base as pesquisas e estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa "Laboratório Universal de Pesquisas em Acessibilidade na Avaliação" (LUPAA).

Teve seu desenvolvimento mediado por tecnologias sendo organizado em duas etapas, em que a primeira compreendeu formação teórica destinada aos profissionais da educação, composta por encontros síncronos e atividades assíncronas. Essa etapa permitiu aos cursistas o aprofundamento de conhecimentos sobre as temáticas abordadas que incluíram: Avaliação na perspectiva da Educação Inclusiva; Acessibilidade e Desenho Universal na Aprendizagem (DUA); Planejamento Educacional Individualizado (PEI); Avaliação Interativa e Planejamento de Acessibilidade na Avaliação (AVI), entre outros.

A segunda etapa da formação foi relacionada à parte prática do curso. Dessa forma, os cursistas foram organizados em grupos de quatro ou cinco participantes, contando com o acompanhamento de um professor orientador e um discente de apoio à pesquisa. Essa fase possibilitou definir o sujeito da pesquisa, o aluno ao qual seria elaborado e aplicado a AVI através de um trabalho colaborativo entre os profissionais envolvidos. Visou empreender ao sujeito práticas pedagógicas individualizadas e personalizadas através do planejamento e aplicação do PAA.

Compreende-se que o trabalho colaborativo permite a articulação de saberes entre os profissionais envolvidos, salientando que esse trabalho não se limita à implementação de adaptações curriculares. Mas, admite o direcionamento de metodologias e ações que considerem a singularidade de cada estudante, promovendo uma abordagem multidimensional do processo de ensino e aprendizagem e consequentemente, do processo avaliativo.

Duek (2011, p.82) salienta que o trabalho colaborativo "[...] apresenta potencial para responder às necessidades de desenvolvimento profissional ou de aperfeiçoamento dos docentes, por meio de um processo de reflexão crítica sobre a prática, de partilha e de apoio mútuo". Dessa forma, é possível criar um ambiente educacional acessível no qual o planejamento educacional, as avaliações interativas e as estratégias de acessibilidade são desenvolvidas de forma conjunta. Assim, a prática colaborativa não apenas enriquece a formação con-

ISBN: 978-65-5222-025-7

tinuada dos docentes, mas também fortalece uma cultura educacional baseada no paradigma da diversidade.

Para o desenvolvimento do trabalho e aplicação do PAA, foram utilizados recursos de Tecnologia Assistiva (TA). A TA desempenha um papel crucial no trabalho com alunos público-alvo da Educação Especial, promovendo acessibilidade e participação ativa no processo de aprendizagem. Esses recursos podem ser classificados em alto e baixo custo, que incluem dispositivos, softwares e estratégias adaptativas, fundamentais para garantir que todos os alunos tenham condições equitativas de acesso ao currículo, na busca por eliminar as barreiras ao aprendizado.

A integração desses recursos no planejamento pedagógico implica na identificação das necessidades específicas de aprendizagem de cada indivíduo. Isso reforça a importância da formação docente contínua e específica, capacitando os educadores para incluírem em sua prática pedagógica e avaliativa, recursos que promovam a acessibilidade e desenvolvimento das potencialidades dos estudantes, visando uma aprendizagem significativa.

METODOLOGIA

O presente estudo se insere no referencial das pesquisas qualitativas, concebendo que essa abordagem objetiva "[...] uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social" (GOLDENBERG, 2011, p. 41). Busca assim, alinhar teoria à prática, tendo seu desenvolvimento baseado nos pressupostos da pesquisa-ação. Segundo Pereira; Mota e Belchior (2020), esse tipo de pesquisa demonstra uma grande preocupação com o processo, tendo a finalidade de apreender e interpretar os significados existentes no ambiente da investigação.

Compreende-se que a pesquisa-ação tem como característica principal a articulação entre pesquisa e a educação, contribuindo para a produção de novos conhecimentos. Esse diálogo possibilita a associação entre teoria e prática, tendo como proposta adequar o processo pedagógico às necessidades e particularidades do sujeito. Dessa forma, contribui para tornar significativa e efetiva a aprendizagem, desenvolvendo profissionais/ pesquisadores mais reflexivos.

A proposta buscou conciliar os conhecimentos produzidos nas pesquisas voltadas na área da avaliação do desempenho escolar, na perspectiva da Educação Inclusiva, à individualização dos processos avaliativos educacionais.

ISBN: 978-65-5222-025-7

Teve como sujeito uma estudante de 9 anos de idade com deficiência múltipla matriculada nos anos iniciais do Ensino Fundamental (2º Ano) na rede municipal de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro.

Parte de uma proposta de formação docente intitulada "Acessibilidade para avaliação na perspectiva da Educação Inclusiva" ofertada pela UERJ, que teve em vista aliar teoria a uma prática de ensino colaborativa, no intuito de tornar acessível o processo de avaliação do desempenho escolar com foco no sujeito, em suas potencialidades e particularidades.

Pletsch (2009) sinaliza que a formação docente deve considerar e buscar atender aos desafios e necessidades da atualidade. "Para tanto, sugerimos que o professor seja formado de maneira, a saber, mobilizar seus conhecimentos, articulando-os com suas competências mediante ação e reflexão teórico-prática" (PLETSCH, 2009, p. 145).

> Para que os professores assumam o compromisso com os pressupostos de uma educação inclusiva, criando as condições necessárias para a permanência, com qualidade, de todo e qualquer aluno na escola é preciso prestar apoio aos mesmos, apontando o valor da escuta, no estabelecimento de relações dialógicas e reflexivas na escola como forma de auxiliar na superação de atitudes de resistência que se constituem em verdadeiras barreiras à inclusão. (DUEK, 2011, p. 33)

A aplicação contou com a participação de 4 cursistas, profissionais da educação, uma professora orientadora e um discente de apoio à pesquisa, permitindo o desenvolvimento de um trabalho pedagógico com foco nas potencialidades do estudante e atendimento às suas necessidades. O trabalho colaborativo norteou as ações, sendo realizados encontros remotos periódicos através da plataforma *Google Meet*[5] para planejamento das atividades avaliativas e preenchimento do protocolo do PAA. As aplicações foram realizadas por uma das cursistas participante do grupo, que atua como professora regente da aluna sujeito da aplicação, tendo seu desenvolvimento realizado no período de 01/08/2023 a 31/10/2023.

A organização e acompanhamento das ações foram norteadas pelo protocolo do PAA. Os itens que compreendem o protocolo foram preenchidos de

5 Google Meet é um aplicativo que permite a realização das videoconferências. Possibilita a realização de reuniões a distância em tempo real, superando as barreiras geográficas.

forma colaborativa, em que cada cursista ficou responsável por um dos itens. Assim, os resultados da aplicação foram registrados no campo 6.3, intitulado Intervenção Transicional.

Para análise das informações, os dados da aplicação foram coletados por meio da observação do desenvolvimento da estudante ao longo do decorrer das intervenções, de sua participação e análise das observações registradas pela professora aplicadora no protocolo do PAA. Assim, foram registrados seus avanços percebidos, os quais possibilitaram a triangulação e análise dos dados.

A proposta de formação docente teve como intuito permitir a efetivação de uma educação inclusiva que permitisse um olhar individualizado para o processo avaliativo escolar, com foco na acessibilidade, acesso, participação ativa do estudante, desenvolvimento de um trabalho colaborativo e construção do conhecimento para estudantes com deficiências e necessidades educacionais especiais, contribuindo para o processo de inclusão desses educandos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola é um espaço para desenvolver diversas habilidades (socioemocionais, linguísticas, comportamentais, cognitivas entre outras) em que devemos considerar a multiculturalidade, diversidade e principalmente "como um espaço de trocas de saberes e interação social". (OLIVEIRA; PEREIRA; MASCARO, 2022, p. 277). Compreende-se que cada aluno é único com suas especificidades e potencialidades no universo da sala de aula. Um universo permeado de desafios no processo de ensino e aprendizagem que deve priorizar a personalização de estratégias e um currículo acessível mediante a implementação do PEI. (REDIG; MASCARO, 2024)

É justamente nesse plano de ensino que será possível "alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem". (BRASIL, 2015, p. 19). Ainda mais quando se trata de alunos com deficiência múltipla, pois este processo de escolarização torna-se desafiador "em meio a uma realidade de ensino que ainda reluta com problemas graves de infraestrutura, salas de aula superlotadas, dentre tantas outras". (ROCHA, 2014, p. 30)

Uma realidade educacional comum recorrente nas escolas públicas das diversas regiões do Brasil, inclusive no estado do Rio de Janeiro, na Baixada

Fluminense, município de Nova Iguaçu, no qual esta pesquisa foi realizada, que sofre com "condições precárias de saúde e moradia para grande parte da população" (FORTES; OLIVEIRA; SOUSA, 2020, p. 4). Além disso, é "marcado por baixos índices de desenvolvimento humano e evasão escolar" (PLESTCH; SOUZA, 2015, p. 11). Uma situação que se agravou ainda mais no período do isolamento social por conta da pandemia da Covid-19 (SARS- CoV-2) em que milhares de alunos enfrentaram barreiras em diferentes dimensões para dar continuidade ao seu processo de escolarização.

É nesse cenário pós-pandemia que 4 cursistas, profissionais da educação da rede municipal de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, a partir da etapa prática do curso Intitulado "Acessibilidade para avaliação na perspectiva da Educação inclusiva" sob supervisão/orientação de uma professora docente orientadora (DO) e uma discente de apoio a pesquisa (DAP) implementaram o Planejamento de Acessibilidade na Avaliação (PAA) no processo de avaliação durante a fase logográfica[6] na alfabetização com uma aluna com deficiência múltipla[7], ataxia cerebelar e distonia.

O aluno não deve ser definido por suas limitações (como não andar, não falar, ou não se comunicar, entre outras), ignorando-se suas capacidades, que, ainda que sejam vistas como básicas, primárias ou repetitivas, envolvem processos psicológicos complexos. Não se trata de negar as dificuldades que a deficiência múltipla impõe no contexto de aprendizado e desenvolvimento, mas sim de destacar a importância de ir além, refletir sobre caminhos, criar estratégias, desenvolver recursos e respeitar os diferentes tempos e espaços. (PLESTCH, 2015; ZIMERMANN; UHMANN, 2021)

Essa aluna estava matriculada em uma das escolas da rede municipal de Nova Iguaçu no ensino regular no 2º ano de escolaridade (anos iniciais) do Ensino fundamental e durante a rotina escolar era acompanhada pela Agente de Apoio Á Inclusão (AAI), que tem como atribuição: acompanhar, auxiliar e orientar os hábitos alimentares do estudante, bem como supervisionar e promover práticas higiênicas constantes, considerando a assistência em cuidados pessoais, como acompanhar ao banheiro para troca de fraldas, absorventes íntimos, troca

6 De acordo com Brites (2021, p. 15) "Nesse estágio, a criança olha determinadas coisas escritas e as lê, mas é preciso salientar que, na verdade, ela não está lendo e sim reconhecendo visualmente aquilo que está escrito."

7 Adotamos neste estudo a definição de deficiência múltipla proposta por Rocha (2014) como a associação de duas ou mais deficiências que podem ser: física, motora, sensorial e intelectual.

ISBN: 978-65-5222-025-7

de vestuário, banho e escovação dental. Além disso, é fundamental atender a outras necessidades que possam ser identificadas, assegurando, assim, o bem-estar e a manutenção da saúde do aluno. (NOVA IGUAÇU, 2024)

Cabe ressaltar, que a AAI também era uma das cursistas com a professora itinerante da Educação Especial. Isso consequentemente contribuiu significativamente para a implementação do PAA e envolvimento da professora regente do ensino comum e demais profissionais da escola que atuavam no processo de ensino/aprendizagem da aluna.

Como já mencionado anteriormente, concentramos os objetivos do PAA na fase logográfica e após a leitura crítica-reflexiva do PEI, relatórios descritivos e conversa com os profissionais da educação (professora regente, orientadora educacional, orientadora pedagógica, professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), Agente de Apoio À inclusão e professora itinerante da Educação Especial) que acompanham e atendem a aluna na unidade escolar, foi possível iniciar o preenchimento do PAA e elencar os objetivos de cada atividade, conforme apresentado no quadro 01:

Quadro 01 - Atividades e objetivos

Atividade	Objetivo
01 Tatuagem de letra	Localizar a letra inicial do seu nome.
02 Pareamento de sombras	Sequenciar as letras do seu nome.
03 Frutas com a letra "M"	Reconhecer, identificar e relacionar a letra "M" com outros objetivos com a mesma inicial no nome.

Fonte: as autoras (2023)

De acordo com Estef e Redig (2024) é preciso além de descreve os objetivos de forma específica para a avaliação, também precisamos "delimitar um período para que ele possa ser reavaliado, seguindo um ciclo de acompanhamento e resultados, direcionando práticas pedagógicas e avaliativas a partir da acessibilidade para o estudante". (p. 19)

Sendo assim, delimitamos a aplicação do PAA em 4 encontros com a aluna com atividades em grupo com a sua turma e suporte e acompanhamento da professora regente. Para isso, foram realizados encontros com a cursista aplicadora que como já mencionamos atuava também como Agente de Apoio à Inclusão na instituição de ensino.

Durante esses encontros, foi possível estabelecer colaborativamente os recursos de acessibilidade já elencados pelo grupo após os encontros síncronos

ISBN: 978-65-5222-025-7

com a DO e DAP, que eram realizados a cada 15 dias pela plataforma *Google Meet* no horário da noite.

Contamos também com a interação no Fórum Permanente. Esse espaço virtual foi criado no *WhastApp* para garantir uma aproximação entre as cursistas, mediação da DO e DAP, e principalmente orientações/sugestões/direcionamentos quanto ao preenchimento do PAA e elaboração das atividades pedagógicas nos princípios do Desenho Universal na aprendizagem (DUA) e o uso de recursos de Tecnologia Assistiva (TA). Em relação ao DUA, partimos da concepção que

> [...] a proposta do DUA consiste na elaboração de estratégias que promovam a inclusão de todos, tanto em termos físicos quanto em termos de serviços, soluções educacionais e produtos, visando a eliminação das barreiras que impedem a aprendizagem. (SILVA, 2022, p. 49)

Nesse sentido, a utilização dos princípios do DUA na elaboração das atividades pedagógicas aplicadas no PAA direcionou para a promoção de processos avaliativos acessíveis ao considerar o "contexto escolar para pensar que os processos de ensino e aprendizagem estão diretamente ligados aos processos avaliativos. Ou seja, as práticas docentes, ao currículo e a toda organização escolar". (ESTEF; REDIG, 2024, p. 17)

Já em relação a TA, partimos do entendimento que inclui produtos, equipamentos, metodologias e serviços que, ao promover a funcionalidade e a participação das pessoas com deficiência, contribuem para o desenvolvimento de suas habilidades, autonomia e independência, principalmente no contexto educacional. (BERSCH, 2017; BRASIL, 2015)

Logo, tivemos em vista adotar recursos de TA de baixo custo, com seleção de materiais de fácil aquisição pelas cursistas no intuito de oferecer o mínimo de dificuldade para confecção dos recursos. Foram selecionados material de papelaria (folha A4), letras em Etil Vinil Acetato (EVA), caixa de papelão, tinta guache, alfabeto móvel e frutas (manga, mamão e morango) (Fig. 01 e 02).

ISBN: 978-65-5222-025-7

Figura 01 - Tatuagem de letra

Fonte: Banco de dados da Pesquisa (2023)

Figura 02 - Frutas com a letra "M"

Fonte: Banco de dados da Pesquisa (2023)

Manzini e Santos (2002) orientam e ressaltam a importância de seguirmos algumas diretrizes para a confecção de "objetos que auxiliem o aprendizado de pessoas com necessidades especiais" (p. 54), além de "considerar se atendeu

ISBN: 978-65-5222-025-7

o desejo da pessoa no contexto determinado e verificar se o objeto facilitou a ação do aluno e do educador" (p. 11)

Para isso, adotamos um *cheklist* elaborado a partir das reflexões do grupo de cursistas mediante a releitura do material de estudos da etapa teórica do percurso formativo e orientações da DO e DAP. Nesse documento foram elencados um total de 08 perguntas para orientar a observação durante a aplicação do PAA, conforme mostra a Figura 03 abaixo:

Figura 03 – Aspectos de observação para a aplicação do PAA

ASPECTOS DE OBSERVAÇÃO PARA A APLICAÇÃO DO PAA

1. O tempo de aplicação da(s) atividades(s) foi satisfatório; Sim

2. O(a) aluno(a) demostrou receptividade e engajamento durante todo o processo de aplicação da atividade planejada;Sim, auna manteve motivada, participativa e interagindo com toda a turma.

2. O enunciado da atividade foi compreendido pelo(a) aluno(a) ou foi preciso realizar algum ajuste? Sim, foi compreendido que iríamos construir uma história apartir da narrativa de que duas irmãs Margarida e Monique foram ao sítio do avô visitá-los.

3. A tecnologia assistiva utilizada na atividade ajudou no processo de avaliação dos objetivos?Sim,ela aumentou a compreensão e englobou e ampliou a acessibilidade, pois toda a turma estava motivada e muito participativa. Como a história se referia ao pomar do sítio dos avós, não só a Monique como toda a turma deram exemplos de frutas que tinham neste pomar com as iniciais da letra M, cada aluno que citava uma fruta com a letra M, se levantava e ia escrever no quadro, e ao lado eu transformava em letra bastão e íamos construindo a história apartir das falas dos próprios alunos, inclusive Monique não teve dificuldade em dizer MORANGO , a atividade ficou muito mais viva e participativa pois tínhamos uma cesta com várias dessas frutas com as iniciais da letra M, e culminou com todos degustando cada fruta de era introduzida na história, pois não final se tornou uma deliciosa salada de frutas. Foi uma aplicação que abriu possibilidades maiores de acesso à informação/ lúdica contribuindo para a inclusão.

4. Assimilou e aplicou o que é ensinado?Sim

5. Apresentou alguma dificuldade no processo no avaliativo? Não

6. Segue as orientações individuais e coletivas?Como foi uma aplicação expositiva, abrangeu todo o coletivo, mantendo os motivados e com a curiosidade de experimentar cada fruta.

7. Necessitou do auxílio com frequência? Nenhum auxílio, estavam na expectativa de provar, degustar e muitos experimentar os sabores pela primeira vez.

8. Apresentou algum tipo de tensão ou ansiedade? Não

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2023)

O resultado das respostas além ajudar na efetividade da aplicação dos recursos no processo de avaliação da fase logográfica, também possibilitou compreender como a TA juntamente com os princípios do DUA contribuíram para promover uma avaliação acessível, como podemos observar no relato da cursista aplicadora:

> *Sim, ela aumentou a compreensão e englobou e ampliou a acessibilidade, pois toda a turma estava motivada e muito participativa. Como a história se referia ao pomar do sítio dos avós, não só a Monique como toda a turma deram exemplos de frutas que tinham neste pomar com as iniciais da letra M, cada aluno que citava uma fruta com a letra M, se levantava e ia escrever no quadro, e ao lado eu transformava em letra bastão e íamos construindo a história a partir das falas dos próprios alunos, inclusive Monique não teve dificuldade em dizer "morango" , a atividade ficou muito mais viva e participativa pois tínhamos uma cesta com várias dessas frutas com as iniciais da letra M, e culminou com todos degustando cada fruta de era introduzida na história, pois não final se tornou uma deliciosa salada de frutas. Foi uma aplicação que abriu possibilidades maiores de acesso à informação/ lúdica contribuindo para a inclusão. (cursista aplicadora do PAA)*

Cabe ressaltar, que de acordo com Silva (2022), as práticas pedagógicas não são um fim em si mesmas, mas um meio pelo qual a aprendizagem ocorre. A perspectiva do DUA adotada pela autora a partir da teoria histórico-cultural corrobora essa ideia a partir da compreensão que os princípios do DUA não induzem a aprendizagem, mas a potencializam, ao conceber os princípios deste como mediadores da aprendizagem, mas não como seus determinantes. Sendo assim, a efetividade do DUA depende da interação ativa do sujeito com as ferramentas e recursos disponibilizados, sendo a relação sujeito-objeto o "motor" da aprendizagem.

Logo, o processo de mediação realizado pela cursista aplicadora durante a implementação do PAA mediante a utilização dos recursos de TA confeccionados pelas cursistas, criaram "caminhos alternativos" que contribuem significativamente para o "[...] desenvolvimento de suas funções superiores de atenção e pensamento". (VYGOTSKY, 2011, p. 869)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos do princípio que o processo avaliativo de alunos com deficiência, principalmente, os com deficiência múltipla precisa ser acessível e oferecer "caminhos alternativos" para potencializar o conhecimento já adquirido do aluno e de forma personalizada.

Para isso, contamos com a implementação do Planejamento de Acessibilidade na Avaliação (PAA) realizado por 4 cursistas na etapa prática do curso intitulado "Acessibilidade para avaliação na perspectiva da Educação

Inclusiva" no processo e avaliação da fase logográfica com uma aluna com deficiência múltipla, a partir de 3 atividades pedagógicas e a confecção de recursos de Tecnologia Assistida de baixo custo.

Os resultados da aplicação, mesmo que em pequeno número, mostraram que o uso da TA no processo de avaliação de aprendizagem em alunos com deficiência múltipla pode contribuir de forma significativa para tornar o processo de avaliação acessível, ainda mais quando os princípios do DUA e a TA oferecem "caminhos alternativos" (VYGOTSKY, 2011).

Espera-se que esse texto possa inspirar aos profissionais da educação a não só aprofundar os estudos sobre o uso do DUA e TA no processo de avaliação de alunos com deficiência, mas também explorar a confecção e adaptação de recursos de TA em diferentes abordagens e complexidades, apontando a efetividade da utilização do PAA no processo avaliativo na perspectiva da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: **MEC/SEESP**, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 2 de set. 2024.

BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre, 2017.

BRITES, Luciana. Consciência fonológica: Um Manual teórico e prático. Londrina: **Editora NeuroSaber**, 2021

CAPELLINI, Vera Lúcia; MENDES, Enicéia. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. **Educere et Educare Revista de Educação**, vol. 2, nº 4, jul/dez, 2007, p. 113-128. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1659>. Acesso em: 16 jul. 2024.

DUEK, Viviane Preichardt. Educação Inclusiva e formação continuada: contribuições dos casos de ensino para os processos de aprendizagem e desenvolvimento profissional de professores. 351 f. Tese (Doutorado em Educação). **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**: Natal, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14342>. Acesso em: 22 set. 2024.

ESTEF, Suzanli. Inclusão escolar sob o viés da avaliação flexibilizada. 2021. 134f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, ProPEd. **Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2021.

ESTEF, Suzanli; REDIG, Annie Gomes. Documento norteador para implementação do Planejamento de Acessibilidade na Avaliação - PAA: primeiros passos. Ponta Grossa - PR: **Atena,** 2024.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. *In:* GLAT, Rosana (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: **Ed. Sette Letras**, 2007.

GLAT, Rosana; ESTEF, Suzanli. Experiências e Vivências de Escolarização de Alunos com Deficiência Intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2021, v. 27 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0184>. Acesso em 01 out. 2024.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: **Record,** 2011.

MANZINI, Eduardo Jose ; SANTOS, Maria Carmen Fidalgo. Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência - recursos pedagógicos adaptados. 1. Ed. Brasília: **MEC**, v.1, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/ pdf/rec_adaptados.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. REDIG, Annie Gomes. Documento norteador para implementação do Plano Educacional Individualizado - PEI para o alfaletramento: primeiros passos. São Paulo: **Atena Editora**, 2024

NOVA IGUAÇU(RJ). *EDITAL N° 01* **[preenchimento de vagas do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação - SEMED].** Secretaria municipal de Nova Iguaçu, Nova Iguaçu, p.55, 4 de janeiro de 2024. Disponível em: https://

d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1198/146_944026.pdf. Acesso em: 05 de set. 2024.

OLIVEIRA, Maria Regina Tinoco Menezes. PEREIRA, Adriana da Silva Maria. MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. Atendimento educacional especializado mediado por recursos digitais. Campina Grande: **Editora realize**, 2022.

PEREIRA, Denilson Diniz; MOTA, Geová; BELCHIOR, Letícia. Uma reflexão ética e qualitativa sobre a etnografia. *In:* VERÍSSIMO, Mariana; SIQUEIRA, Débora Gonçalves (organizadoras). Enfoques metodológicos de pesquisa em educação: evidenciar contextos, prestigiar sujeitos. Curitiba: **CRV,** 2020.

PERIPOLLI, Arlei. Avaliação escolar: (re)significando paradigmas educacionais no contexto inclusivo. *In:* SILUK, Ana Claudia Pavão; Sílvia Maria de Oliveira, PAVÃO. (Orgs.) Avaliação: reflexões sobre o processo avaliativo no atendimento educacional especializado. Santa Maria: **Ed. pE.com**, 2015.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, n. 33, p. 143–156, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010 Acesso em: 29 set. 2024.

PLESTCH, Márcia Denise.; SOUZA, Flávia. Faissal. de(org). Observatório de Educação Especial e Inclusão Escolar: Balanço das Pesquisas e das práticas na Baixada Fluminense. São Carlos: Marquezine e Manzini, **ABPEE**. 2015

ROCHA, Maíra Gomes de Souza da. Processos de ensino e aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências no AEE à luz da teoria histórico-cultural. 2014. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, Nova Iguaçu, 2014. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/documento-norteador-para-implementacao-do-plano-educacional-individualizae do-pei-para-o-alfaletramento-primeiros-passos. Acesso em 20 de out. 2024.

SILVA, Thatyana Machado. Desenho Universal na Aprendizagem e autoscopia: formação continuada docente para a inclusão escolar de alunos com TEA. 2002. 187 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, **Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2022.

Vygotsky, Lev Semionovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, 37(4), 863-869, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/x987G8H9nDCcvTYQWfsn4kN/?C format=pdf&lang=pt Acesso em 20 de out. 2024.

ZIMERMANN, Iolanda Helena Martins; UHMANN, Silvana Matos. Deficiência múltipla no contexto escolar: olhares de possibilidades e não limitações. **Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**, v. 3, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snee/article/view/34342>. Acesso em: 30 de ago. 2024.